--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 22 DE JUNHO DE 2010. ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho.----------

--- A reunião teve início às quinze horas e dez minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Ramos, o Sr. Vice-presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Marco António Martins Leal Pereira, Ana Maria Correia Ferreira e Silvino José da Silva Lúcio, pela Coligação "Pelo Futuro da Nossa Terra", o Sr. Vereador António Jorge de Oliveira Lopes e pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre.----------

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos. ----------

ANTES DA ORDEM DO DIA

--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO ----------

--- Interveio a D. Deolinda Oliveira dizendo que a Escola de Aveiras de Cima encerrou as aulas e os meninos que estão num curso não tiveram transporte, fez um telefonema para a Câmara e disseram-lhe que iria ser regularizada a situação. O autocarro não vai aos Casais das Comeiras buscar as crianças passando por outros locais, apesar de ter chamado a atenção para esta situação, pergunta como irá ser resolvido o transporte porque os meninos vão ter aulas até ao próximo dia 9. ----------

--- Questionou ainda o arranjo das bermas nas Ruas da Madalena e dos Narcisos, em Casais das Comeiras, pois as obras de saneamento já foram realizadas.----------

--- Interveio o Sr. José Rodrigues de Almeida, felicitando o Município na pessoa do Sr. Presidente pela forma como decorreu a Feira de Maio e pelo seu êxito.----------

--- Sugeriu ainda a implementação de um painel informativo na entrada da Guarita e na rotunda de Aveiras de Cima alusivo à Vila Museu do Vinho. ----------

--- Solicitou uma minuta do planeamento da zona do Plano de Pormenor de Aveiras de Cima, propondo o alargamento da Rotunda uma vez que com a construção da variante vai haver muito trânsito. ----------

--- Sugeriu a substituição do semáforo em Aveiras de Baixo por um sinal intermitente pois a paragem é perigosa, por ser um local deserto e propício à ocorrência de assaltos. ----------

--- O Sr. Presidente esclareceu que relativamente ao transporte o ano lectivo acabou, e só no dia anterior tinha sido pedido transporte, mas os alunos terão transporte Municipal.----------

--- Em relação à questão das bermas, explicou que em termos gerais não faz sentido fazer intervenções em bermas e estradas em determinadas ruas, quando ainda há obras de saneamento em curso. ----------

--- Agradeceu, em nome de todos os intervenientes, as felicitações relacionadas com a Feira de Maio de 2010.----------

--- Relativamente aos painéis de divulgação, informou que foi solicitado apoio às Estradas de Portugal dado que o Municio não tem competência para tomar essa iniciativa.----------

--- Quanto ao Plano de Pormenor está em execução e haverá uma discussão Pública. ----------

--- Esclareceu ainda que em relação à "novela" do sinal, não há solução para o problema, uma vez que um reclama "por sinais", outro reclama "de sinais". ----------

--- INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES ----------

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Maria Ferreira referiu que relativamente ao encerramento de Escolas, a Câmara Municipal foi contactada pela DREL no sentido de no próximo anos todas as Escolas com menos de 21 alunos encerrarem. A situação foi contestada em várias reuniões, no

entanto é definitivo o encerramento das Escolas das Virtudes e Vila Nova de São Pedro, sendo que as restantes escolas com menos de 21 alunos terão grande probabilidade de encerrar no ano lectivo 2011/ 2012.----------
--- Decorreram reuniões com os Centros Sociais e Paroquiais com o intuito de preparar o próximo ano lectivo. Todos irão assegurar o horário das pontas e almoços.----------
--- Estas questões serão abordadas no próximo Conselho Municipal de Educação a 7 de Julho. Os meninos das Virtudes irão para a Escola de Aveiras de baixo e os meninos de Vila Nova de São Pedro irão para a Escola Básica Integrada de Manique do Intendente.----------
--- Informou ter solicitado autorização à DREL para a abertura de um Jardim Infantil público em Vila Nova de São Pedro, estando a aguardar resposta nesse sentido. Estão a ser encontradas soluções para a utilização, caso a caso, das escolas, entretanto encerradas, no sentido de evitar espaços abandonados.----------
--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre dizendo que o nosso Concelho, mais particularmente o Alto Concelho vai ficar desertificado com as medidas ao nível das políticas de Educação e redução de despesas Públicas.----------
--- Perguntou se já começaram as obras no Palácio de Manique do Intendente, se já foi resolvido o imbróglio político - jurídico.----------
--- Questionou ainda acerca do relacionamento entre o Município e as Águas do Oeste, nomeadamente em matéria de infra-estruturação. ----------
--- Solicitou informação, já pedida anteriormente, relativamente à selecção das instituições bancárias por parte do Município. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que não tem conhecimento do início das obras de recuperação do Palácio Pina Manique.----------
--- Relativamente à questão das Águas do Oeste, irá apresentar um relatório que foi solicitado ao Instituto Superior Técnico relativo à avaliação dos danos ambientais, sociais, económicos, etc., causados pelo incumprimento do contrato com as Águas do Oeste. Tem ainda marcada uma reunião com o consultor jurídico do Instituto Superior Técnico para ver como é que a Câmara irá actuar em relação a esta matéria. ----------
--- No que diz respeito às Instituições Bancárias, disse que a Dra. Irene Lameiro irá tomar nota de forma a complementar a informação fornecida anteriormente sobre o assunto. ----------
--- Interveio do Sr. Vereador Silvino Lúcio dizendo que neste momento a Águas do Oeste já estão em obra na zona dos Casais Vale do Brejo, onde vão executar o emissário que falta e tem previsão de, em Setembro entrar em obra na zona dos Casais Britos e Casais de Baixo, estando ainda previsto para o inicio do mês de Julho as obras no Alto Concelho. Em relação ao acerto de contas tem havido reuniões entre os técnicos da Águas do Oeste (Eng.ª Eunice) e da Câmara Municipal (Eng.ª Carla Sande), prevê-se que haja uma conclusão que será posteriormente apresentada.----------
--- Interveio do Sr. Vereador Jorge Lopes reiterando o pedido de fornecimento de informação acerca das sociedades de Advogados e custos dos pareceres exteriores, de todas as peças processuais importantes, pedidos ou contestações em que a Câmara está envolvida e cópia do contrato de prestação de serviços com a empresa que dá apoio à Vila Museu do Vinho em Aveiras de Cima. ----------
--- Manifestou ainda a sua desilusão com a inauguração do Convento de Santa Maria das Virtudes porque houve um esforço de recuperação daquele imóvel que estava degradado há séculos, mas achou que a inauguração devia contemplar a história do referido espaço. Pretende ainda saber se o Sr. Presidente já abriu o respectivo processo de inquérito interno para

averiguar responsabilidades, uma vez que a exposição não estava pronta e já estava encomendada há três meses. ----------
--- Relativamente ao encerramento das Escolas, entende que não há nada na Lei que obrigue ao encerramento de todos os estabelecimentos de ensino sem se criar uma alternativa para essas localidades. ----------
--- Sobre a questão dos ATL's, AEC's, Jardins-de-Infância e Pré-escolares, entende que o Governo prepara-se para obrigar os alunos a ficarem nos estabelecimentos de ensino até às cinco da tarde, proibindo que as Instituições que asseguram há anos esta tarefa possam ir buscar os meninos. Os pais ficam sem a liberdade de educar os seus filhos onde entendem ser melhor. De acordo com o Governo e com a legislação que foi aprovada recentemente, uma IPSS que assegura almoços e permite que as crianças fiquem em ATL das 15 horas às 17 horas ou das 17 horas às 19 horas, não precisa de ser licenciada, a partir do próximo ano lectivo para estar aberta das 15 horas às 19 horas tem que estar licenciada. Considera que esta medida descredibiliza o Estado e revolta os pais, as Autarquias e as Instituições, até porque as AEC's são facultativas e por isso mesmo não faz sentido. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu já ter distribuído a documentação com os nomes dos Advogados. As peças processuais dos contratos, tal como o Sr. Vereador tem conhecimento, é um processo mais demorado. ----------
--- Sobre a inauguração do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, entende que a informação fornecida devia ter sido dada pelo Presidente da Câmara, mas dispensa de as repetir. Folga a transparência dos serviços municipais que, em menos de 24 horas, sobre um despacho do Presidente, o Sr. Vereador já tenha conhecimento, o que seria motivo para um segundo inquérito.----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes ripostou perguntando, com que base, não pode ter acesso a informação interna da Câmara, se os funcionários estão proibidos de falar com os Vereadores da Oposição. Considera que é uma posição de censura. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu dizendo que através no princípio de lealdade dos funcionários municipais, entende que os Senhores Vereadores devem pedir ao executivo municipal todas as matérias sobre as quais querem ser informados. Acrescentou que os funcionários não estão proibidos de falar, desde que seja do conhecimento prévio dos Vereadores que têm responsabilidades de gestão da Câmara. Não é um acto de censura, são regras pelas quais se deve reger o funcionamento da Câmara. Considera eticamente e democraticamente incorrecto que o Sr. Vereador tenha conhecimento de um despacho proferido há 24 horas, do qual apenas o próprio, a instrutora e a secretária do inquérito têm conhecimento. Informa que não irá levantar inquérito sobre a presente fuga de informação. ----------
--- Relativamente às questões dos ATL's, referiu comungar um pouco das preocupações do Sr. Vereador Jorge Lopes, devia haver, de facto, maior bom senso de negociação com as IPSS´s, pois durante muitos anos, estas instituições substituíram-se ao Estado e às famílias nesta tarefa, por isso deviam ser tratadas com maior consideração. Da parte da Câmara, tudo irá fazer para que as decisões sejam concertadas com as IPSS´s, que sempre asseguraram esta situação.
--- Sobre a situação das escolas disse que o sistema educativo português tem balançado entre dois modelos extremos – um modelo da dispersão em função de uma educação de proximidade e portanto inserida apenas nas pequenas localidades, e um modelo de concentração que tem as suas virtualidades. Acrescentou que pesando as duas situações, considera que devia-se ter em atenção um limite, para que em cada sala de aula tivessem apenas alunos do mesmo grau de ensino, e naturalmente que isso só se pode fazer encerrando escolas. Não se pode alocar à

Educação todos os meios: refeitórios, centro de recursos, bibliotecas escolares, ginásios, etc., tudo o que é necessário a um correcto e integral sistema educativo, em estruturas com dez/ vinte alunos, sob pena dos custos per capita do sistema educativo serem perfeitamente insustentáveis. Entende que uma política de educação conduzida nesse sentido é uma política de educação democrática que cria igualdade de oportunidades a toda a gente quando potencia nos nossos jovens a capacidade do desenvolvimento intelectual e físico que só pode ser conseguido numa escola com recursos da mais diversa ordem. Concorda com o princípio geral que, em cada sala de aulas deve haver exclusivamente alunos com o mesmo grau de ensino. No Concelho de Azambuja estão previstos os seguintes Centros Escolares: Vila Nova da Rainha, Azambuja, Vale do Paraíso, Aveiras de Baixo, Aveiras de Cima, Vale do Brejo, Alcoentre e Manique do Intendente, mas não haja ilusões, pois não será possível manter as restantes escolas em funcionamento. Numa perspectiva de educação de proximidade pretende-se junto do Ministério da Educação que a escola de Vila Nova de São Pedro se transforme num estabelecimento de ensino pré-escolar, que o jardim-de-infância de Manique do Intendente inclua a componente de creche. ----------

--- Interveio do Sr. Vereador António Nobre dizendo ter verificado que o discurso político actual serve para justificar algumas medidas como as da educação, agarrando algumas ideias boas e alguns princípios praticamente, até todas as pessoas podendo aceitá-los e concordar com eles, simplesmente esses princípios não tem o mesmo significado quando são usados numa perspectiva diferente. Na Constituição, que é muito rica em matéria direitos sociais fundamentais, verifica-se que esses mesmos princípios acabam por ser distorcidos na forma como são integrados no discurso político actual, particularmente do Governo, daí suscitem as maiores dúvidas sobre estas políticas. Em matéria de legislação administrativa, o Ministério da Educação é dos mais prolíferos. Até houve um jurista que foi contratado especificamente para fazer essa enorme tarefa de coligir a legislação da educação e que não conseguiu cumprir o contrato, daí se pode ver o manancial que a legislação educativa constitui. ----------

--- O Sr. Presidente fez um breve intervalo. ----------

--- **APROVAÇÃO DE ACTAS** ----------

--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 16 de Março de 2010 foi aprovada por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção (Sr. Vice-presidente). A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.----------

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Programa de Acção Territorial da Zona Estratégica de Desenvolvimento de Alenquer – Azambuja – Proposta Nº 41 / P / 2010----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

--- *"Considerando que:*----------

--- no âmbito do Plano de Acção dos Municípios do Oeste + 4 Municípios da Lezíria do Tejo (Plano de compensações pela deslocalização do Aeroporto na Ota), aprovado por Resolução do Conselho de Ministros, foi decidido elaborar um Programa de Acção Territorial, para os Concelhos de Alenquer e Azambuja, na zona de mais directa influência do Aeroporto de Ota – particularmente nas áreas que estiveram sujeitas durante mais de uma dezena de anos, a medidas preventivas;----------

--- os Municípios de Alenquer e Azambuja executaram, através de Gabinete Técnico especializado e com monitorização e acompanhamento permanente pelos dois Municípios, o

Programa de Acção Territorial da Zona Estratégica de Desenvolvimento Alenquer – Azambuja (Porta Norte de Lisboa) – PAT/ ZED Alenquer – Azambuja;----------
--- mediante deliberação dos Órgãos Executivos Municipais respectivos, o PAT/ ZED Alenquer – Azambuja foi sujeito a audição pública, nos termos da alínea f) do artigo 5º da Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, na sua actual redacção, que decorreu entre 22 de Março e 03 de Maio de 2010; ------
--- a referida audição pública apenas suscitou um parecer, da Associação para o Estudo e Defesa do Ambiente do Concelho de Alenquer (Alambi), apenas respeitante à área de influência do Município de Alenquer, o qual foi devidamente tido em consideração e respondido;----------
--- o PAT/ZED Alenquer – Azambuja, não dispondo de força legal suficiente para alterar os instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial, é um documento estratégico da maior relevância, devendo, para a área em apreço, nortear os processos de alteração do uso do solo e preservação de valores ambientais, que se consubstanciarão nos restantes instrumentos de Planeamento e Gestão Territorial.----------
--- Considerando a Informação Nº 23/DU/DIR/2010.----------
--- Proponho: ----------
--- a) que seja aprovado o Programa de Acção Territorial da Zona Estratégica de Desenvolvimento de Alenquer – Azambuja (Porta Norte de Lisboa);----------
--- b) que este documento seja sujeito a apreciação da Assembleia Municipal."----------
--- O Sr. Presidente esclareceu que aquando da elaboração do Plano de Acção do Oeste+ 4 Municípios da Lezíria, um dos projectos existente era o Plano de Acção Territorial, mecanismo de planeamento e gestão do território, que serve para a redefinição de medidas orientadoras para os Municípios de Azambuja e Alenquer, que durante mais de 10 anos, estiveram sujeitos às medidas preventivas do aeroporto da Ota. Os dois Municípios juntaram-se e encomendaram a elaboração do Plano de Acção Territorial a um gabinete especializado, com acompanhamento político por parte dos Srs. Presidentes de Câmara e técnico, por parte dos Directores de Urbanismo. O trabalho foi executado com alguns sobressaltos, porque foi a primeira vez que se executou um trabalho desta natureza, que foi realizado tendo em vista o que os Municípios perspectivavam para toda a zona em causa. O documento foi regulamentado pelo PROT-OVT, que é um documento de hierarquia superior, o Plano de Acção Territorial – PAT é um programa que, nos termos da Lei, não tem capacidade jurídica para alterar o Plano Directo Municipal – PDM, é um documento norteador, um documento estratégico. Foi concluído o prazo para discussão pública, no caso de Azambuja, não foram registadas quaisquer sugestões ou reclamações, em Alenquer foi registada uma sugestão/ reclamação por parte da ALAMBI, uma Associação Local de Defesa do Ambiente. Assim, seguindo os trâmites legais, o documento deve ser sujeito a aprovação da Câmara e posterior envio à Assembleia Municipal.----------
--- Informou estar presente o Sr. Arquitecto Miguel Marques dos Santos para prestar quaisquer esclarecimentos que os Srs. Vereadores entendam como necessários. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes referindo que o PAT é um documento de orientação estratégica que define bem a visão estratégica da Câmara. Depois da análise do documento conclui o seguinte: o PAT contempla investimento público e privado, no caso do investimento privado, o Município de Azambuja, fica muito aquém de Alenquer, isto é, os projectos perspectivados para Azambuja, ficam muito aquém dos projectos perspectivados para Alenquer, Enquanto no Concelho de Azambuja, os investimentos privados são ligados a urbanizações e logística, em Alenquer perspectiva-se a criação de um centro empresarial, de um parque foto voltaico. Acrescentou ainda que, em Alenquer a programação do investimento financeiro

abrange praticamente todo o Concelho, em Azambuja concentra-se, em mais de 75%, nas freguesias de Azambuja e Vila Nova da Rainha.----------

--- Entende que o Município de Alenquer orientou o documento da melhor forma para a captação de desenvolvimento e concretização de investimentos ligados ao conhecimento e à inovação empresarial capazes de atrair empreendimentos de alto valor acrescentado, no entanto, o Município de Azambuja orientou o documento apenas no sentido de captação de investimento nas áreas de logística e urbanização.----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre dizendo não haver uma linha estratégia para Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro, Alcoentre, Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo e Vale do Paraíso. Entende que as compensações pela deslocalização do novo aeroporto são um presente envenenado para o Município de Azambuja, porque não é aceitável que, numa perspectiva futura, se restrinja todo o núcleo de ideias e de investimentos para determinada zona. Considera estranho que nunca se tenha, por hipótese, equacionado uma solução com os Município de Rio Maior e do Cartaxo, para valorizar as áreas a norte do Concelho e que estão carenciadas.--------

--- Relembrou o maior atentado à Lezíria aquando da inutilização de 150 hectares, propícios à agricultura se vão transformar na zona logística de Vila Franca de Xira. O Município de Azambuja tem uma percentagem muito pequena de solos agrícolas, que não devem ser inutilizados com a desclassificação dos solos. Entende que existem várias vilas e aldeias que poderiam ser desenvolvidas com várias infra-estruturas, como por exemplo o Centro Tecnológico, que poderia ser instalado em Manique do Intendente ou em Alcoentre, localidades com bons acessos. ----------

--- O Sr. Presidente respondeu que o Plano de Acção Territorial foi um projecto aprovado em Conselhos de Ministros, em 2008 e que é restrito às áreas que estiveram sujeitas às medidas preventivas do Aeroporto da Ota, ou seja, as freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro, Maçussa e Aveiras de Baixo, não estão englobadas. ----------

--- Informou que a instalação de um centro foto voltaico irá beneficiar os dois Municípios e por isso, não será necessária a duplicação de investimentos nos dois Municípios para que possam tirar benefícios das infra-estruturas a instalar. A área definida como intervenção do PAT, no Município de Alenquer, não há praticamente nada, porque era uma área sujeita às medidas preventivas, é a área aluvionar, no caso do Município de Azambuja, a área aluvionar inserida no âmbito do PAT e a que tem a Lezíria (para lá do caminho-de-ferro), que está integralmente preservada, não havendo perspectiva que qualquer tipo de investimento.----------

--- Existem dois tipos de intervenções muito importantes que não foram referidas, que são, o aproveitamento turístico do Tejo, que faz parte do sistema Tejo, Vala Real e Esteiro e a qualificação/ classificação das localidades abrangidas.----------

--- Acrescentou que foi definido pela Assembleia Municipal que o Município de Azambuja tem dois núcleos prioritários a serem qualificados: o núcleo central de Azambuja e o núcleo central de Manique do Intendente, no documento consta apenas o de Azambuja, na medida em que Manique do Intendente está fora da área abrangida pela deliberação do Conselho de Ministros.

--- O PAT são um conjunto de vias que estão previstas no plano rodoviário e no programa de compensações da Ota, pelas quais o Município de Azambuja tem vindo, há vários anos a lutar, são elas: a duplicação da EN3, a variante de Vila Nova da Rainha e o IC2, na parte respeitante ao Município. O objectivo não é levar carros para descampados, nem entupir Aveiras de Cima, Azambuja, Alcoentre e Vila Nova da Rainha com carros, mas através das vias de circulação, potenciar as capacidades de desenvolvimento.----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre dizendo que as medidas de protecção que foram impostas, na altura pelo aeroporto da Ota, não significavam a alteração da natureza dos solos, assim sendo, a construção já não era permitida e continua a não ser. Entende que se deve criar infra-estruturas sustentáveis, valorizar os núcleos urbanos e permitir o desenvolvimento e estimular o crescimento económico, mas considera que o Plano de Acção Territorial apresentado não é o indicado. ----------

--- O Sr. Presidente respondeu que a Resolução do Conselho de Ministros pretende criar oportunidades numa zona, que esteve durante doze anos, sujeita a medidas de restrição devido à perspectiva de construção do novo aeroporto na Ota. Tendo havido a deslocalização do aeroporto para Alcochete há agora que criar, através de um Programa, oportunidades de desenvolvimento. Tudo isto interessará quando estiver em vigência a alteração ao Plano Directo Municipal – PDM. A valorização das vilas e aldeias e o desenvolvimento da indústria tecnológica Serão matérias versadas em termos de PDM e do Plano Estratégico, que abrangem todo o Município de Azambuja. O Programa de Acção Territorial é dirigido a determinado território definido pela decisão do Conselho de Ministros.----------

--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes que referindo-se exclusivamente ao Município de Azambuja, referiu o Plano de Urbanização de Azambuja, em que a grande orientação é impulsionar a utilização de transportes públicos; o Plano de Urbanização de Aveiras de Cima, que tem um estudo de tráfego de circulação e estacionamento; o Plano de Pormenor da Plataforma Logística de Vila Nova da Rainha, que tem como objectivos prioritários, reordenar o trânsito, criar estacionamentos, potenciar e impulsionar a utilização de transportes públicos e prever alterações decorrentes da alteração socioeconómica, nomeadamente a hipótese de conversão em Parque de Negócios. Afirmou que tem a noção de que o Município de Azambuja não tem capacidade de atrair investimentos e projectos de valor acrescentado com vista ao desenvolvimento, e é isso que censura, pois a única aposta foi na logística, nas urbanizações, na construção de novas moradias. Duvida muito da exequibilidade futura do PAT.----------

--- Afirmou que não irá votar contra, pois não pretende ser contraditório com aquilo que tem vindo a defender, pois entende que existem aspectos positivos, mas que, em comparação com o Município de Alenquer, referiu que "eles ficaram com o lombo e nós ficámos com os ossos".------

--- O Sr. Presidente referiu discordar com as afirmações feitas, pois existem dois grandes projectos integrados no PAT para o Município de Azambuja, no âmbito do turismo, designadamente a Lusolândia e a potenciação da zona do Tejo.----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 41 / P / 2010 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupo do PS), uma abstenção (Coligação) e um voto contra (Grupo da CDU). -----

Ponto 2 – Programa de Medidas de Contenção Financeira para o Município de Azambuja – Alteração – Proposta Nº 45 / P / 2010----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

--- "Considerando que:----------

--- a grave crise internacional e nacional tem reflexos directos na actividade das diversas instituições, públicas ou privadas, gerando necessários efeitos de amortecimento ao qual, naturalmente, os Municípios não escapam; ----------

--- as receitas dos Municípios, e particularmente no caso do Município de Azambuja, são em função da Lei das Finanças Locais, muito vulneráveis às flutuações do mercado imobiliário; ------

--- as receitas municipais se têm ressentido da grave situação económica do País, com uma acentuada quebra nomeadamente do IMT e das taxas devidas por licenciamento de obras particulares;----------

--- urge tomar medidas preventivas no sentido de assegurar os serviços fundamentais e prioritários prestados pelo Município de Azambuja, evitando que a curto/ médio prazo se gerem roturas financeiras que inviabilizem a actividade do Município em áreas fundamentais de intervenção – particularmente no necessário apoio social aos sectores mais vulneráveis da sociedade;----------
--- os princípios da Solidariedade Internacional que determinam uma repartição equitativa dos sacrifícios à Câmara Municipal, às restantes Autarquias (Juntas de Freguesia), às Instituições, às Colectividades e às famílias.----------
--- Proponho: ----------
--- 1. A aprovação das Medidas de Contenção Financeira para o Município de Azambuja, constantes do documento anexo; ----------
--- 2. Que estas Medidas, sejam sujeitas a aprovação da Assembleia Municipal." ----------
--- O Sr. Presidente referiu que a presente proposta será sujeita a aprovação da Assembleia Municipal.----------
--- Esclareceu que devido à conjuntura financeira nacional e consequentemente municipal, há que tomar medidas de contenção para combater a crise económica e financeira. Acrescentou que haverá um corte nas transferências do Estado para as Autarquias Locais de 100 milhões de euros, prevê-se um arrefecimento das principais receitas do Município, relacionadas com a actividade imobiliária, nomeadamente no IMT, nas licenças de construção, edificação, loteamentos e urbanização. Havia dois caminhos distintos que o Município poderia seguir, o primeiro, deixar as coisas andarem, correndo o risco de perder a capacidade financeira, o segundo, tomar medidas preventivas que garantam à Câmara a capacidade financeira para resolver as situações prioritárias da população. O panorama de medidas atinge todos: Câmara, Juntas de Freguesia, colectividades, instituições, empresas e munícipes, esperando que o esforço comum ajude a melhorar a situação do país.----------
--- Passou a explicar algumas das medidas de contenção: ----------
--- ao nível do orçamento municipal haverá a cativação de 20% do saldo existente nas despesas de funcionamento à excepção das despesas com pessoal, essas são incontornáveis;----------
--- nas despesas correntes afectas ao Plano de Actividades, serão cativados 146.600€ e nas despesas de investimentos 400.00€ na orgânica 05 (DIOM) e 20% (681.000€) nas restantes orgânicas. Haverá uma cativação total de quase 1 milhão de euros; ----------
--- ao nível das colectividades e instituições será feita a suspensão de alguns subsídios extraordinários, a redução em 20% dos subsídios anuais e a suspensão de apoio logístico que implique o pagamento de remunerações complementares aos trabalhadores do Município; -------
--- em relação às IPSS´s haverá uma redução no pacote de apoios, que passará a ser de 1.500€ por instituição e 20,00€ por utente; ----------
--- as Juntas de Freguesia irão sofrer uma cativação de 20% das verbas a transferir no âmbito dos novos protocolos;----------
--- serão tomadas medidas relativas a remunerações complementares de funcionários municipais; ----------
--- para aligeirar os custos dos programas de natação e férias desportivas terá que haver maior participação dos utentes; ----------
--- existem contactos com a EDP, no sentido de compatibilizar o horário da iluminação pública, porque é comum verificar-se que se encontra acesa em período diurno e existem zonas do Município com excesso de iluminação pública;----------
--- propõe-se um aumento de 10% na tarifa de resíduos sólidos; ----------

--- contenção ao nível do programa de transportes, até porque há a acrescer a contenção de serviço complementar. Os motoristas do Município têm que ser, primeiramente canalizados para os transportes escolares; ----------
--- haverá a oferta de uma viagem anual grátis a cada IPSS e a cada turma do 1º ciclo do ensino básico, até ao raio de 50km, porque não existe forma legal de pagar horas extraordinárias aos motoristas; ----------
--- no que diz respeito às parcerias público-privadas, propõe-se a renegociação do contrato relativo aos estacionamento de acordo com a deliberação tomada pela Assembleia Municipal e a suspensão dos procedimentos respeitantes à construção do Pavilhão Multiusos/ Praça de Touros de Azambuja. ----------
--- Interveio o Sr. Vereador Jorge Lopes questionando o valor do corte previsto para a Câmara Municipal de Azambuja, sendo que o corte do Governo para as Autarquias Locais é de 100 milhões de euros. ----------
--- O Sr. Presidente respondeu que o valor corte nas transferências do Governo para a Câmara Municipal de Azambuja será na ordem dos 300.000 euros.----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes continuou a sua intervenção dizendo que, o corte previsto pelo Governo é de 300.000 euros e as medidas de contenção financeira prevêem uma poupança de 1.300.000 euros. Foram identificados 300.000 euros que têm que ver com a quebra as receitas ao nível do IMI, Derrama e IMT. ----------
--- Reportando-se ao Orçamento aprovado entende que a Câmara deveria ter acautelado toda esta situação, porque na execução orçamental as receitas tinham baixado e o mesmo acontecerá no presente ano, para isso basta verificar que as verbas previstas para o ano 2010, são idênticas às que foram previstas para 2009.----------
--- Entende que "*à boa maneira socialista*" a opção foi, primeiro engordar o monstro e agora ir ao bolso dos munícipes/ da sociedade civil, para corrigir erros anteriores. O orçamento da despesa devia ter previsto a queda da receita. ----------
--- A proposta agora apresentada, não faz os cortes necessários, que deviam ter sido feitos em sede de administração, como opta por castigar as IPSS´s e castigar cada uma das pessoas do concelho. Munícipes que já estão sobrecarregados por todas as medidas impostas pelo Governo e pela conjuntura económica.----------
--- Existe um corte a aplicar às Juntas de Freguesia, questionou qual vai ser o corte a aplicar ao nível de administração. ----------
--- Ficou surpreendido pela negativa, porque na orgânica 0102 – Presidente, serão cativados 50.000 euros quando existe uma verba de 188.200 euros, utilizados na rubrica publicidade e promoção institucional. ----------
--- O Sr. Vice-presidente é o mais poupado, numa verba definida de 28.750 euros, irá poupar 1.400 euros. ----------
--- O D.A.F. irá poupar 10.000 euros, num orçamento definido de 472.000 euros.----------
--- Afirmou concordar com algumas das medidas de contenção financeira apresentadas, mas não pode admitir que parte significativa da poupança, seja feita através do aumento da taxa de resíduos sólidos, que equivale a 60.000/ ano. Por isso sugere que o aumento da taxa de resíduos sólidos, seja feita gradualmente de 3% ao ano, o que no final de quatro anos, significaria um aumento de 12%, mas que na conjuntura actual ajudaria todas as pessoas, que já tiveram que suportar um aumento do custo da água. Entende que o aumento gradual da taxa de resíduos sólidos, poderia ajudar os munícipes e que a Câmara deveria equacionar melhor as cativações de verba a efectuar. ----------

--- Estabeleceu uma comparação com as medidas de contenção aprovadas pelo Município de Ourique, em que foi proposta a redução em 50% do fundo de maneiro do Gabinete de Apoio à Presidência. Também foi proposto que, durante os próximos dois anos, não haverá contratações de pessoal.----------

--- Questionou o que será pago com a verba de 1.300.000 euros, que compromissos serão necessários garantir, para que se cative 1.000.000 euros em cima dos cortes anunciados pelo Governo.----------

--- Relembrou que aquando da discussão da proposta para concepção/ construção do Pavilhão Multiusos/ Praça de Touro, referiu que a altura era inoportuna, pois não havia dinheiro para uma obra dessa natureza. Confirma agora que tinha toda a razão.----------

--- Concluiu dizendo que concorda com muitas das medidas de austeridade, algumas até pecam por tardias, no entanto há duas que não consegue aceitar, que são: a cativação de verba às IPSS´s e o aumento da taxa de resíduos sólidos em 10%. ----------

--- O Sr. Presidente respondeu que a Lei determina que as receitas devem ser calculadas através da média dos últimos 24 meses. Acrescentou que até 2008, inclusive, o Município de Azambuja teve uma das melhores taxas de execução da receita, na ordem dos 98/ 99% da receita prevista. Em 2009, teve uma taxa de 75%, porque houve efectivamente uma quebra de 25%, é um facto inelutável, que não poderia ter sido calculado na previsão do orçamento para 2010.----------

--- Referiu que, quase 1 milhão de euros de cativação tem que ser com a actividade municipal, mas há, obviamente compromissos assumidos e encargos bancários com financiamentos que não podem ser cortados, como também, por exemplo, os transportes escolares e a acção social não podem ser. ----------

--- Quanto à orgânica 0102 – Presidente, rubrica publicidade e promoção institucional, com a verba de 188.200 euros, explicou que a revista municipal, tem que ser cabimentada e contratada no início do ano, assim sendo não pode cortar numa rubrica que já se encontra contratada e que considera importante continuar a informar os munícipes sobre a actividade da Câmara. Na mesma rubrica estão incluídas ainda, as publicações realizadas em Diário da República, publicações em jornais diários, que são ambas obrigatórias.----------

--- O Sr. Vereador Jorge Lopes afirmou que a Câmara não deve ter noção da situação financeira das famílias, que é mais complicada do que se quer admitir. Acrescentou ainda que a Câmara pode a todo o momento, desde que haja encaixe financeiro, libertar as verbas agora cativadas, mas que o mesmo não irá acontecer aos munícipes, a Câmara não pretende devolver os 10% de aumento da taxa de resíduos sólidos.----------

--- O Sr. Presidente respondeu que a Câmara tem uma estrutura de receita e despesa das mais equilibradas a nível municipal, tem 40% das receitas afecta a despesas de funcionamento, o que é uma estrutura financeira perfeitamente saudável. Há 8 anos que a Oposição anuncia a falência financeira da Câmara Municipal de Azambuja e há 8 anos que se cumpre paulatinamente todas as atribuição fundamentais, como por exemplo, o apoio social. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre afirmando não estar surpreendido com a apresentação de uma proposta deste tipo. Pretende chamar a atenção, depois das palavras do Sr. Presidente, para o facto de anos a fio a Câmara não ter pago a água consumida à empresa Águas do Oeste – AdO, não ter pago as taxas de lixo à RESIOESTE e não ter pago os materiais à PICMAO. Pelo exposto considera que não há motivos de tanta satisfação na gestão financeira da Câmara, porque a mesma está revestida de alguns erros que podiam ter sido evitados. Porque foi

necessário contrair um empréstimo, a determinado programa do Governo para que as dívidas acima referidas fossem pagas.----------
--- Acrescentou ainda que a EMIA tem um Presidente do Conselho de Administração que é também Presidente da Câmara e que é a Câmara que sustenta a empresa.----------
--- Sugeriu ainda que, uma das medidas de contenção da actividade municipal, passe pela redução do número de Vereadores a tempo inteiro ou pela concepção de uma reordenação orgânica ao nível de estrutura da Câmara, passando pela fusão de organismo que podem gerar sinergias que reflictam a redução de custos de administração e da máquina administrativa municipal.----------
--- Fez uma chamada de atenção para os custos com pareceres jurídicos, que depois se percebe que são desnecessários, dando como exemplo, um parecer sobre a área para estacionamento na Vila de Azambuja, cuja proposta já foi apresentada por duas vezes em reunião de Câmara. --
Acrescentou que o Sr. Presidente deve invectivar os Vereadores, no sentido de serem mais exigentes e não estarem tão dependentes de informação, que por vezes é errada e que tem repercussões no funcionamento da máquina municipal.----------
--- Em matéria de receitas frisou o IMT, o que subiu substancialmente, em metade do ano já foram cobrados 1.146.786,00 euros. A Derrama também subiu substancialmente. Por isso não entende o aumento discriminado da tarifa de resíduos sólidos, sabendo até que tem um critério de determinação indexado ao consumo de água, que nos últimos anos subiu 70% no Município de Azambuja.----------
--- Em relação do Pavilhão Multiusos, projecto pelo qual manifestou, desde início, uma posição contra. Aquando da assinatura do Protocolo com a Associação "Poisado do Campino", antes das eleições, relembrou que ainda bem que não se realizou a última corrida na Praça de Toiros, porque significaria um agravar de toda a situação financeira do Município.----------
--- O Sr. Presidente lançou um desafio ao Srs. Vereadores para que descubram, no país, uma estrutura como a EMIA, que apresente custos mais baixos. Acrescentou que a EMIA sempre teve, órgão sociais não remunerados, tem um Engenheiro e dois administrativos, mais um contabilista e um ROC, exigíveis por Lei, para que as suas contas sejam analisadas e sejam transparentes. ----------
--- Sobre os Vereadores a tempo inteiro, entende que o Sr. Vereador deve enfileirar o exército das pessoas que acham que se deve cortar 5% no vencimento dos políticos, medida que no seu entender é perfeitamente demagógica, porque os políticos não ganham muito dinheiro, ganham miseravelmente para as responsabilidades que têm. Entende que há muita gente, nomeadamente os gestores e directores de empresas públicas e não públicas a quem não será efectuado qualquer tipo de corte e que atribuem prémios a si próprios.----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 45 / P / 2010 aprovada por maioria, com cinco votos a favor (Grupo do PS) e dois votos contra (Coligação e Grupo da CDU). ----------
Ponto 3 – Modificação Orçamental – Proposta Nº 46 / P / 2010----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
--- Considerando que, em 2004, José de Maia Pereira Jardim instaurou no Tribunal Administrativo uma acção de impugnação do despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Local que lhe indeferira a reversão do terreno expropriado no seguimento de despacho do Senhor Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção, de 20 de Julho de 1976, que declarara a utilidade pública urgente da expropriação e autorizara a Câmara Municipal de Azambuja a tomar a posse administrativa do mesmo (Processo nº 329/04.9BELRS – Tribunal

Administrativo de Circulo de Lisboa: Acção interposta contra a Presidência do Conselho de Ministros, o Município de Azambuja e a SOCASA);----------
--- Considerando que a expropriação visava a construção de um bairro de habitação económica e ser concretizado pela SOCASA, Cooperativa de Habitação Económica de Azambuja, CRL, a quem a Câmara cedeu o direito de superfície sobre o terreno; ----------
--- Considerando o teor da Proposta n.º 33/P/2009 aprovada, em 25 de Março, pelo Executivo Municipal e, em 28 de Abril, pelo Órgão Deliberativo. ----------
--- Proponho: ----------
--- 1. nos termos do ponto 8.3.1.4 do DL 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) a realização da modificação orçamental em anexo; ----------
--- 2. que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do art. 64º, conjugado com a alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/ 99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas (Lei das Autarquias Locais)."
--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta visa a realização de uma modificação orçamental, que decorre de um processo de condenação por uma expropriação feita a 20 de Junho de 1976, em que o Tribunal deu razão ao proprietário do terreno e condenou a Câmara ao pagamento de mais de 400.000 euros, que foram negociados com a SOCASA. Assim sendo há um aumento da receita nesse valor pagos pela SOCASA e um aumento da despesa no mesmo valor pagos ao Sr. José de Maia Pereira Jardim. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 46 / P / 2010 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupo do PS e Coligação) e uma abstenção (Grupo da CDU).----------
Ponto 4 – Campanha da Cal 2010/ 2013 – Proposta Nº 24 / V-SL / 2010----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: ----------
--- "Considerando o êxito obtido em anos anteriores com a denominada "Campanha da Cal", levada a efeito durante os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, com a colaboração das Juntas de Freguesia do Município;----------
--- Tendo em conta que, com esta acção, se pretende sensibilizar os Munícipes a caiarem as suas residências – distribuindo-se cal – contribuindo dessa forma para um maior embelezamento do património construído.----------
--- Proponho: ----------
--- que, novamente, nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro do quadriénio 2010/ 2013, seja levada a efeito a "Campanha da Cal", nos moldes praticados em anos anteriores, atribuindo a cada unidade habitacional, 5kg de cal." ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta visa a continuação da Campanha da Cal, na qual se pretende sensibilizar os Municípios a caiarem as suas residências, através da distribuição gratuita de 5Kg de cal por cada unidade habitacional. ---------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 24 / V-SL / 2010 aprovada por unanimidade. ------
Ponto 5 – Atribuição de Apoio Financeiro: Associação Cultural "A Poisada do Campino" – Proposta Nº 25 / V-SL / 2010 ----------
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve: ----------
--- "Considerando:----------
--- as competência atribuídas à Câmara Municipal no âmbito do apoio actividades de interesse municipal, de natureza cultural, nos temos do art. 64º, nº 4, alínea b) da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro;----------
--- que a Associação Cultural "A Poisada do Campino" é um parceiro efectivo no desenvolvimento da Feira de Maio;----------

--- que foram efectuadas um conjunto de actividades no decorrer da Feira de Maio de 2010, e no mês da Cultura Tauromáquica em que a respectiva Associação foi responsável quer pela sua organização, quer pela sua contratualização em termos de serviços; ----------
--- que estas iniciativas de índole tauromáquico foram todas definidas e programas no âmbito da Comissão da Feira de Maio de 2010. ----------
--- Proponho: ----------
--- a atribuição de um apoio financeiro de 12.780,00€ – doze mil, setecentos e oitenta euros – (IVA incluído), à Associação Cultural "A Poisada do Campino" conforme documentos anexos."---
--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural "A Poisada do Campino", no valor de 12.780,00€, para pagamento de actividades que decorreram no âmbito da Feira de Maio e do Mês da Cultura Tauromáquica. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 25 / V-SL / 2010 aprovada por unanimidade. ------
Ponto 6 – Comemoração de Datas Históricas nas Freguesias de Manique do Intendente e Vila Nova da Rainha – Proposta Nº 03 / V-AJL / 2010----------
--- O Sr. Vereador António Jorge Lopes apresentou a **Proposta** que se transcreve:----------
--- "Considerando que:----------
--- 1. A iniciativa do Workshop de Escultura, realizada no passado mês de Maio em parceria com uma associação de Artes e Escultura de Sintra, foi um sucesso e permitiu dotar o Parque Urbano de Azambuja com dois interessantes conjuntos escultóricos, sem quaisquer custos significativos (cerca de 5.000,00 euros).----------
--- 2. A referida iniciativa deverá alargar-se a outras freguesias, permitindo assim o contacto das respectivas comunidades locais com o trabalho de Escultura e a beneficiação do respectivo espaço urbano com peças de arte. ----------
--- 3. No dia 11 de Julho de 1791, a rainha D. Maria I concedeu ao Intendente Diogo Inácio de Pina Manique o lugar de "Alcoentrinho" (actual Manique do Intendente), pelo que no próximo ano assinalam-se 220 anos sobre esta data histórica. ----------
--- 4. No dia 15 de Agosto de 1376, o Condestável Nuno Álvares Pereira casou com D. Leonor de Alvim na Igreja de Vila Nova da Rainha, celebrando-se 635 anos sobre esta data histórica em 2011.----------
--- Nestes termos, propõe-se o seguinte:----------
--- a) Durante o ano de 2011, a Câmara Municipal de Azambuja deverá promover a realização de Workshops de Escultura nas freguesias de Manique do Intendente e de Vila Nova da Rainha, tendo em vista a criação de dois conjuntos escultóricos alusivos, respectivamente, à figura do Intendente Diogo Inácio de Pina Manique e ao casamento do Condestável Nuno Álvares Pereira.
--- b) Tais conjuntos escultóricos deverão ser colocados no Jardim de Manique do Intendente e no espaço público contíguo à Igreja de Vila Nova da Rainha.----------
--- c) A comemoração das mencionadas datas históricas deverá incluir também a publicação pelo Município de monografias sobre a vida e obra de Pina Manique e do Santo Condestável para distribuição gratuita junto da população escolar do Concelho de Azambuja." ----------
--- O Sr. Vereador Jorge Lopes esclareceu que, o workshop efectuado em Azambuja, no âmbito do Mês da Cultura Tauromáquica, permitiu ao Jardim Urbano ter dois conjuntos escultóricos muito interessantes. Considerando que o custo financeiro da iniciativa foi diminuto, rondando os 5 mil euros.----------
--- Propõe que o workshop possa abranger as freguesias de Manique do Intendente e Vila Nova da Rainha, no sentido de que em 2011 serão comemorados, os 220 anos sobre a concessão do

lugar de Alcoentrinho (actual Manique do Intendente) ao Intendente Pina Manique e 635 anos sobre o casamento do Condestável Álvares Pereira com D. Leonor de Alvim, na Igreja de Vila Nova da Rainha. As datas seriam assinaladas com a colocação de esculturas, alusivas às referidas datas históricas, no Jardim em frente ao Palácio Pina Manique, em Manique do Intendente e no espaço público contíguo à Igreja de Vila Nova da Rainha. ----------

--- Interveio o Sr. Presidente afirmando concordar com a proposta apresentada e a prova disso são as esculturas colocadas em Aveiras de Cima. Vota favoravelmente, embora algo do género já constasse no programa do Sr. Vereador Marco Leal, uma vez que foi uma iniciativa de enorme sucesso. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 03 / V-AJL / 2010 aprovada por maioria, com seis votos a favor (Grupo do PS e Coligação) e uma abstenção (Grupo da CDU).----------

– Proposta Nº 47 / P / 2010 ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** e a **Minuta de Protocolo** que a seguir se transcrevem:----------

--- **Proposta** ----------

--- "Considerando:----------

--- 1. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos existentes, com vista à prossecução de obras de interesse municipal, bem como apoiar ou comparticipar no apoio a actividades de interesse municipal de natureza desportiva, como resulta do disposto no artigo 64º, nº 4, alíneas a) e b) da Lei das Autarquias Locais, Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e do art. 21º, nº 1, al. b) da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro; ----------

--- 2. A Associação Recreativa e Cultural de Quebradas adquiriu à Santa Casa da Misericórdia de Azambuja um terreno com vista à criação de um parque desportivo e campo de jogos, pelo valor de € 7.500, tendo solicitado à Câmara a atribuição de um subsídio para fazer face a esta despesa;----------

--- 3. A Associação é responsável pela dinamização da vida cultural e desportiva da população de Quebradas, distinguindo-se pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos em benefício da comunidade.----------

--- Proponho: ----------

--- que a Câmara delibere atribuir à Associação Recreativa e Cultural de Quebradas um apoio financeiro no valor de € 7.500 – sete mil e quinhentos euros – para fazer face à despesa de aquisição do terreno para parque desportivo e campo de jogos, a ser pago faseadamente, nos termos do protocolo que junto se anexa."----------

--- **Protocolo** ----------

--- "Entre ----------

--- O Município de Azambuja, pessoa colectiva nº 506 821 480, adiante designado por Município, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim António Neves Ramos,----------

--- e ----------

--- A Associação Recreativa e Cultural de Quebradas, contribuinte fiscal nº 500 854 726, adiante designado por Associação, representado pelo Presidente da Direcção, Luís Armando dos Santos,----------

--- E considerando: ----------

--- I. As competências da Câmara Municipal previstas no artigo 64º, nº 4, alíneas a) e b) da lei das Autarquias Locais, Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11

de Janeiro e no art. 21º, nº 1 al. b) da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro;----------
--- II. O papel da Associação Recreativa e Cultural de Quebradas na dinamização cultural e desportiva da comunidade.----------
--- É celebrado o presente Protocolo, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:----------
--- Primeira ----------
--- Pelo presente Protocolo o Município atribui um apoio financeiro no valor de €7.500 (sete mil e quinhentos euros) para aquisição de um terreno com vista á instalação de um parque desportivo e campo de jogos, pagável em duas prestações anuais e sucessivas, nos seguintes termos: -----
--- a) a primeira prestação, no valor de €3.750 (três mil, setecentos e cinquenta euros), a ser entregue em 2010;----------
--- b) a segunda prestação, no valor de €3.750 (três mil, setecentos e cinquenta euros), a ser entregue em 2011;----------
--- Segunda ----------
--- A Associação obriga-se a aplicar a totalidade do subsídio ao fim estabelecido na cláusula primeira, sob pena de, não o fazendo, obrigar-se a restituir a quantia atribuída. ----------
--- Terceira ----------
--- 1. A Associação compromete-se a colaborar com o Município em acções de natureza cultural e desportiva de interesse municipal.----------
--- 2. No âmbito dessa colaboração, a Associação cederá gratuitamente à Câmara Municipal o parque desportivo e campo de jogos para a realização de actividades, por esta, promovidas."----
--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural de Quebradas, no valor de 7.500,00€, para pagamento faseado do terreno para parque desportivo e campo de jogos, conforme a Minuta de Protocolo. -
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 47 / P / 2010 e a Minuta de Protocolo aprovadas por unanimidade.----------
– Proposta Nº 48 / P / 2010 ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------
--- "Considerando:----------
--- que o Posto Médico de Aveiras de Baixo tem vindo a funcionar em instalações da Casa do Povo de Aveiras de Baixo;----------
--- que as instalações onde funciona o Posto Médico atingiram um grau de degradação que impossibilita a continuidade da prestação de cuidados de Saúde daquela Freguesia;----------
--- que na sequência, e a fim de evitar esta situação que implicaria que a população de Aveiras de Baixo deixasse de poder contar com o Posto Médico, a Câmara solicitou à Casa do Povo a reparação das referidas instalações; ----------
--- o disposto na Lei 169/99, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, art. 64, nº 4, al. b). ----------
--- Proponho: ----------
--- a atribuição de um subsídio de 3.541,00€ (três mil quinhentos e quarenta e um euros) à Casa do Povo de Aveiras de Baixo, destinado a cobrir a reparação das instalações do Posto Médico, conforme documentação anexa."----------
--- O Sr. Presidente esclareceu que a presente proposta visa a atribuição de apoio financeiro à Casa do Povo de Aveiras de Baixo, no valor de 3.541,00€, para pagamento destinado a cobrir a reparação nas instalações do Posto Médico. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 48 / P / 2010 aprovada por unanimidade. ----------
– Proposta Nº 49 / P / 2010 ----------
--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:----------

--- "Considerando:----------
--- o Programa do Governo que prevê a criação de Equipas de Intervenção Permanente, nos concelhos de maior risco;----------
--- as atribuições que se encontram cometidas à Autoridade Nacional de Protecção Civil estabelecidas no artigo 3º, Decreto-Lei nº 75/2007, de 29 de Março, conjugado com o nº 5, do artigo 17º, do Decreto-Lei nº 247/07 de 27 de Junho, o Protocolo celebrado em 23 de Abril último, entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, a Associação Nacional de Municípios Portugueses e a Liga dos Bombeiros Portugueses, bem como o regulamentado na Portaria nº 1358/2007, de 15 de Outubro, em conjugação com o Despacho nº 14399/2009, de 26 de Junho.
--- Proponho: ----------
--- que a Câmara Municipal delibere aprovar o protocolo que junto se anexa, a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Azambuja e a Autoridade Nacional de Protecção Civil, com vista a estabelecer condições de criação e funcionamento de Equipas de Intervenção Permanente, as quais se destinam ao cumprimento das missões que, no âmbito do Sistema e Protecção Civil, estão confiadas aos bombeiros."----------
--- A Proposta n.º 49 / P / 2010 foi retirada.----------
Ponto 8 – Informações----------
8.1. Departamento de Administração e Finanças – Divisão Financeira – Aprovisionamento----
--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros – Período: 05 a 17/06/2010 ---------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
8.2. Departamento de Urbanismo – Despachos do Mês de Maio----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
8.3. Departamento Administrativo e Financeiro ----------
--- Resumo da Execução Orçamental – Período: 2 de Janeiro a 18 de Junho de 2010----------
--- A Câmara tomou conhecimento.----------
--- **Encerramento** ----------
--- Eram dezoito horas e dez minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.-------
--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------